

Educação em Pauta nas redações

A cobertura jornalística da Educação Básica

Fundação **Santillana**



Abstract geometric shapes in the top left corner, consisting of several overlapping rectangles and squares in shades of light gray.

Educação em Pauta nas redações

A cobertura jornalística da Educação Básica

Abstract geometric shapes in the bottom right corner, consisting of several overlapping rectangles and squares in shades of light gray.

Apresentação	06
Capítulo 1 Gigante pela própria natureza	10
Capítulo 2 Bases legais da Educação brasileira	16
Capítulo 3 O desafio do atendimento, da qualidade e da equidade	32
Capítulo 4 Dilemas da cobertura jornalística da Educação	60
Capítulo 5 Fontes de informação	70

Apresentação

Apresentação

Nos últimos anos, a Educação vem se tornando um tema cada vez mais prioritário para a sociedade brasileira, e a crescente cobertura jornalística da área reflete essa mudança. Informações sobre Educação passaram a permear a cobertura de política, de economia, de tecnologia e também os cadernos de recursos humanos e os suplementos jovens, extrapolando as páginas especializadas. A busca por diferentes pontos de vista sobre os desafios da área retrata a percepção sobre a relevância da Educação de qualidade para as novas gerações do País.

Nas redações, jovens repórteres, recém-formados, são atraídos por pautas que tratem da Educação. Jornalistas e editores experientes, por sua vez, sabem que é preciso manter o tema no radar das boas reportagens. Tal movimento é bem-vindo e imprescindível para o contínuo avanço das políticas públicas educacionais na sociedade brasileira.

Porém, assim como em outras áreas do jornalismo, a cobertura de Educação guarda especificidades não só no que se refere aos termos técnicos e conceitos mais utilizados, como também em relação à diferença de perspectivas entre o olhar jornalístico e o educacional.

O jornalismo é instantâneo, factual. A Educação desenvolve-se em processo lento. Movimentos cada vez mais intensos de inovação que sacodem as bases da escola coexistem com práticas tradicionais estabelecidas há séculos. Há crenças arraigadas na sociedade sobre o que venha a ser a boa Educação, nem sempre respaldadas pelos avanços da pedagogia e da ciência. E, acima de tudo, existe o eterno desafio de converter o discurso cada vez mais especializado da Educação em uma linguagem clara e acessível ao público leigo.

São muitas as pontes a construir entre a imprensa e os que vivem o cotidiano da Educação. Por isso, é oportuno oferecer aos jornalistas iniciantes e aos que atuam na área referências para ampliar o repertório de pautas, aprimorar a cobertura e contornar “cacoetes” comuns que muitas vezes limitam o conteúdo das reportagens e induzem a análises parciais.

É nesse contexto que o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Santillana e a Editora Moderna, com o apoio institucional do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), lançam este guia, que integra o projeto “Educação em Pauta nas redações”.

Esta publicação sistematiza o conteúdo de oficinas que vêm sendo realizadas em empresas jornalísticas de todo o Brasil, oferecendo um painel dos principais desafios da Educação brasileira, sugerindo abordagens e analisando aspectos da cobertura que podem ser aprimorados.

Não se trata de direcionar ou influenciar a cobertura jornalística. O objetivo é apoiar e fortalecer o trabalho livre da imprensa, apresentando fontes seguras de informação estatística, detalhando conceitos centrais e esclarecendo as nuances dos grandes temas da Educação nacional.

Com isso, ganham todos: jornalistas, veículos de comunicação, educadores, leitores e, sobretudo, os alunos e as famílias. Enfim, toda a sociedade.

Boa leitura!



Gigante pela própria natureza

Gigante pela própria natureza

Nenhuma discussão sobre a Educação brasileira pode avançar muito sem levar em consideração a proporção dos desafios da área.

O lugar-comum “país de dimensões continentais” também se evidencia no campo da Educação. Basta dizer que, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente pelo Ministério da Educação:

- em 2013, cerca de 50 milhões de crianças e jovens frequentavam a Educação Básica, que compreende Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Destes, 83% estavam matriculados na escola pública. Para se ter ideia, é mais do que a população da Argentina e 9 vezes a da Finlândia¹.
- em 2013, os alunos foram recebidos diariamente por 2,1 milhões de professores e 5,5 milhões de funcionários de diversas áreas. O Brasil responde sozinho por quase um terço de todo o corpo docente dos países ibero-americanos².
- estavam em funcionamento, em 2013, 190,7 mil escolas, espalhadas pelo território, sendo 70,8 mil na zona rural, às vezes em áreas acessíveis apenas por barco³.

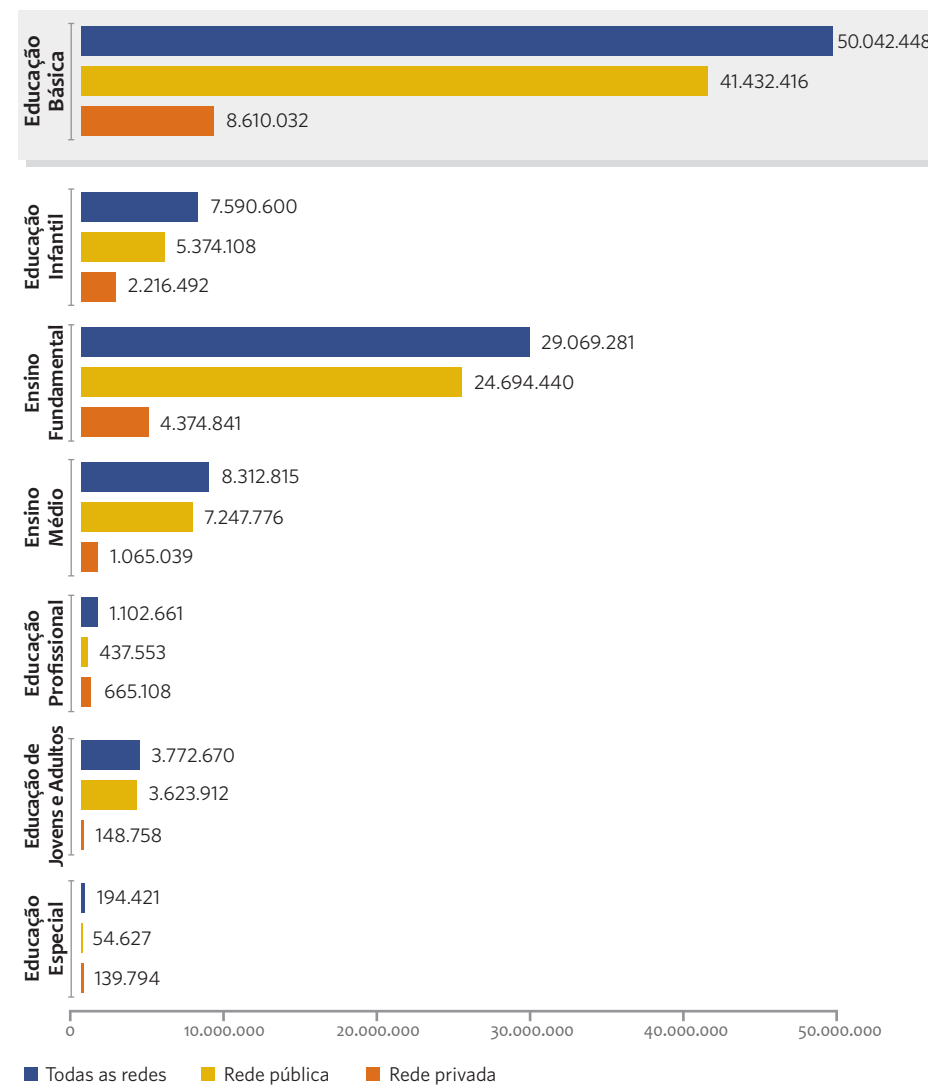
Esses números mostram por que, na Educação brasileira, a escala nunca é desprezível. Basta analisar o que ocorre no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). As estatísticas colocam o Brasil no patamar das nações que, em

¹ A Argentina tem 41,4 milhões de habitantes, e a Finlândia, 5,4 milhões (fonte: Banco Mundial, 2012).

² *Miradas sobre la Educación en Iberoamérica 2013*, informe da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

³ Os números referentes a alunos, funcionários e escolas da rede de ensino brasileira e seus respectivos percentuais têm como fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA – BRASIL – 2013

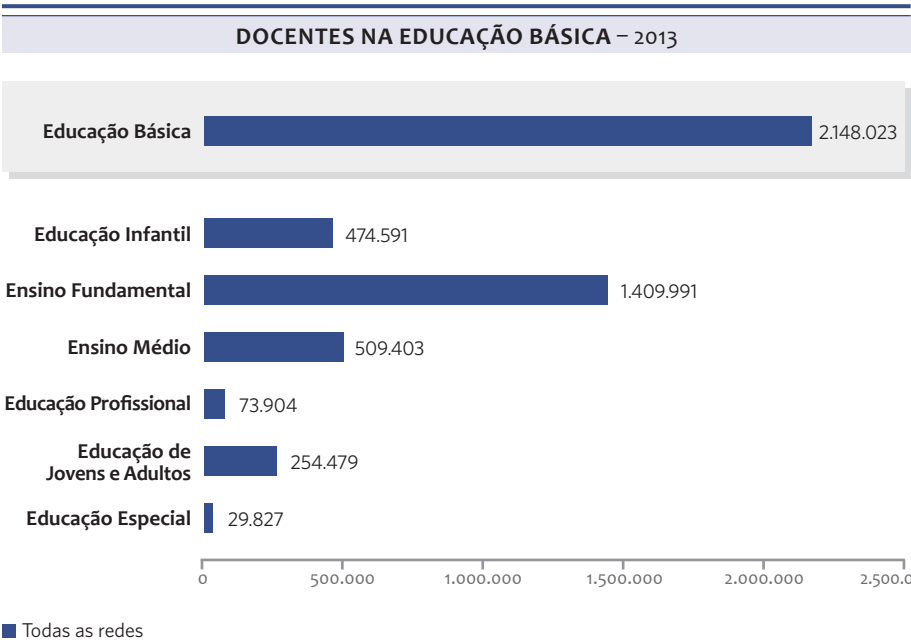


Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Por exemplo, estar cursando o Ensino Médio e a Educação Profissional ao mesmo tempo.

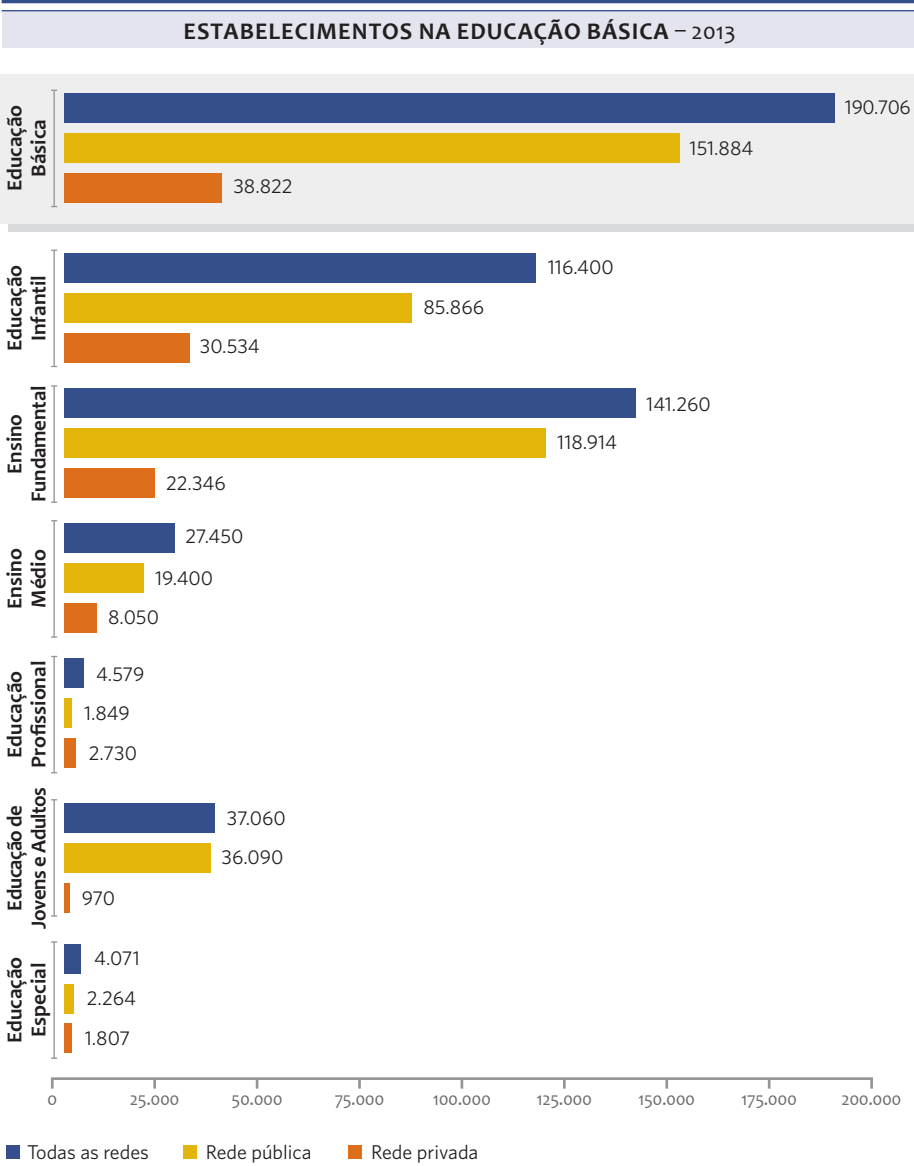
tese, universalizaram a taxa de atendimento na faixa etária dos 6 aos 14 anos, com 98,3% das crianças e jovens dessa faixa etária na escola. Percentualmente, parecem ser poucos os que restam fora do sistema, mas em valor absoluto são cerca de 500 mil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tanto a Constituição Federal de 1988 como outros documentos legais nacionais e internacionais garantem à criança e ao jovem o direito à Educação. Por isso, o entendimento do cenário educacional implica também conhecer bem o arcabouço legal que estrutura o sistema público de ensino, tema do próximo capítulo.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Nota: Professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada Unidade da Federação (UF), porém, podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.



Bases legais da Educação brasileira

As bases legais da Educação brasileira

LDB, PNE, Fundeb... A boa cobertura jornalística da Educação brasileira exige a compreensão de diferentes siglas pelas quais são conhecidas as leis e as políticas públicas, entre outros itens que compõem e estruturam o sistema educacional brasileiro, seja na forma, no funcionamento, seja nas fontes de financiamento.

Uma longa história marca a progressiva conquista do direito à Educação. Mas para compreender a história recente um bom começo é entender algumas definições da Constituição Federal de 1988.

Constituição Federal

A Constituição Federal trata da Educação em 35 de seus 250 artigos e estabelece, entre outros marcos relevantes, que a Educação é dever do Estado e da família.

Diz a lei, no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O texto constitucional, aprovado por via democrática, expressa a vontade do conjunto da sociedade e define o princípio da Educação pública e gratuita para todos, uma conquista social de vital importância e com consequências em todos os âmbitos de ensino.

A garantia desse direito levou o Estado brasileiro a desenvolver um sistema de suporte ao aluno. É o que faz o País ter um dos maiores programas de merendas e de oferta de livros didáticos gratuitos.

Apenas em 2014, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o orçamento do *Programa Nacional de Merenda Escolar* para garantir a alimentação de 42,2 milhões de alunos era de 3,7 bilhões de reais.

O mesmo raciocínio vale para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribuiu gratuitamente, em 2014, 103,2 milhões de livros para os alunos do Ensino Fundamental e 34,6 milhões para os do Ensino Médio – sem contar a extensão do programa para escolas do campo, Educação de Jovens e Adultos, entre outros.

Além das garantias expressas no texto original da Constituição Federal, outros direitos foram assegurados ao longo dos anos por meio de emendas constitucionais. A emenda número 59, aprovada em 2009 e regulamentada em 2013, ampliou o tempo de escolaridade obrigatória, mais uma conquista social de grande relevância. A partir de 2016, todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados na escola. Anteriormente, a obrigatoriedade era para a população de 6 a 14 anos. É dever do Estado, nas diferentes esferas administrativas, garantir as vagas, e será obrigação das famílias matricular os filhos.

A Constituição Federal assegurou também um mínimo de investimento em Educação nas diferentes esferas administrativas. O artigo 212 estabelece que a União investirá na Educação não menos de 18%, e os Estados e os Municípios não menos de 25% da receita resultante dos impostos e transferências constitucionais.

A responsabilidade de cada ente federativo

A Constituição Federal estabeleceu também uma divisão de responsabilidades, posteriormente detalhada em outra peça legal estruturante do sistema educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

Segundo a Constituição Federal e a LDB, as responsabilidades pelo atendimento na Educação Básica estão assim compartilhadas:

Municípios: devem atuar prioritariamente na Educação Infantil (o que inclui creches e pré-escolas) e no Ensino Fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos.

“ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Constituição Federal, artigo 205

Estados e Distrito Federal: preferencialmente, devem assegurar a oferta de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Uma vez garantida essa oferta, também podem atuar em outras áreas.

União: ao governo federal, especialmente por meio do Ministério da Educação (MEC), cabe um papel coordenador, atuando supletivamente, garantindo a igualdade de oportunidades educacionais e o padrão de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira.

No caso do Ensino Fundamental, convencionou-se que os municípios seriam responsáveis pelos anos iniciais, e os estados e o Distrito Federal, pelos anos finais.

Essa divisão de responsabilidades entre as três esferas de governo originou dois processos importantes, que merecem ser conhecidos pelos jornalistas até mesmo para que se possa atribuir corretamente a responsabilidade das administrações públicas por insucessos ou sucessos alcançados.

Decorreu desse compartilhamento o chamado processo de municipalização da Educação, em diversas partes do País, no qual as redes estaduais de ensino passaram a delegar aos municípios a gestão também dos anos finais do Ensino Fundamental. Esse processo ainda está em curso e, até o último levantamento do IBGE, em 2009, atingia pouco mais da metade do total de municípios brasileiros.

Outro instituto importante da lei foi o estabelecimento de um regime de colaboração, por meio do qual União, estados e municípios compartilhariam esforços para a garantia de oferta. Dentro desse espírito um município pode ceder, por exemplo, um prédio para que o estado instale uma escola ou vice-versa.

Mesmo previsto na legislação, o regime de colaboração ainda não foi regulamentado por lei, por isso esse princípio ainda não se efetivou.

O isolamento sentido por muitas redes de ensino de pequenos municípios, sem corpo técnico adequado e estrutura para enfrentar os problemas da rede, levou à criação de um modelo de colaboração intermunicipal, denominado Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), presente hoje em algumas localidades do País.

Surgidos inicialmente como iniciativa da sociedade civil, os ADEs foram posteriormente legitimados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão vinculado ao Ministério da Educação que tem o papel de deliberar e regulamentar o setor.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Embora a Constituição Federal tenha assegurado direitos fundamentais, a LDB – considerada a “Constituição da Educação” –, promulgada em 1996, trouxe um detalhamento mais profundo das condições de funcionamento da escola e dos sistemas educacionais. Nela há orientações sobre atendimento, currículo, formação de professores, Educação Profissional, entre outros aspectos.

Foi a LDB que estabeleceu, por exemplo, qual deve ser a formação mínima dos professores. Diz a lei que os docentes da Educação Básica devem ter ensino superior, com graduação em Pedagogia ou Licenciatura, admitidos, para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, aqueles que tenham formação em nível médio na modalidade Normal.

Também com base nessa legislação, a Educação Infantil foi incluída na Educação Básica, com consequências importantes, por exemplo, no que se refere ao financiamento. Antes disso, a creche era atribuição da Assistência Social, o que não garantia o caráter pedagógico do atendimento, que era focado na necessidade das famílias de ter com quem deixar a criança durante o dia.

A LDB previu também medidas complementares, como a instituição de um fundo cujos recursos serviriam para racionalizar os gastos educacionais e assegurar a superação dos chamados “atrasos históricos”, por exemplo, a distante universalização do Ensino Fundamental e o analfabetismo. Previsto nas disposições transitórias da Constituição Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi criado em 1996, com duração de 10 anos.

Nesse período, embora tenha sido eficiente para os objetivos iniciais a que se propôs, o Fundef teve por efeito retirar investimentos da Educação Infantil e do Ensino Médio, o que, na visão de especialistas, contribuiu para problemas como a falta de vagas em creches e pré-escolas e os desafios da qualidade no Ensino Médio, os quais ainda persistem.

Para corrigir essa limitação, em 2007, o Fundef foi ampliado para toda a Educação Básica e passou a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), incluindo, então, a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

Assim como o Fundef, o Fundeb também tem prazo de validade. Até 2020, a sociedade terá de rediscutir os mecanismos de distribuição de recursos para os diferentes segmentos educacionais. Esse debate deverá acontecer no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), que, como será exposto a seguir, determina prazos objetivos de cumprimento de metas para o decênio 2014-2024, que demandarão mais investimentos.

A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

- Educação Infantil:** primeira etapa da Educação Básica, oferecida em Creche (0 a 3 anos) e na Pré-Escola (4 e 5 anos).
- Ensino Fundamental:** segunda etapa da Educação Básica, com duração de nove anos, abrangendo a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Os anos iniciais compreendem o 1º ao 5º ano (quando há, em geral, um professor polivalente), e os anos finais, o 6º ao 9º ano (com professores específicos para cada disciplina).
- Ensino Médio:** etapa final da Educação Básica, com duração regular de três anos, ou quatro anos, quando concomitante ao ensino profissionalizante.
- Educação Profissional e Tecnológica:** oferecida em articulação com o ensino regular ou posteriormente, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Pode ser de nível médio, técnico, de graduação ou de pós-graduação.
- Educação Especial:** compreende o atendimento especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em salas ou escolas especiais, ou seja, exclusivas para esses alunos.
- Educação de Jovens e Adultos (EJA):** modalidade para quem não teve acesso ou não deu continuidade aos estudos na Educação Básica na idade considerada adequada.

O atual PNE teve uma tramitação de quase

4 anos

no Congresso Nacional.

Contém 20 metas, abrangendo todas as etapas do ensino, incluindo a formação de professores, a gestão democrática e o financiamento.

Plano Nacional de Educação (PNE)

O principal acontecimento na história recente da legislação brasileira sobre Educação é a aprovação do Plano Nacional de Educação, definido na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

O Brasil produziu, a partir do século 20, documentos análogos ao PNE. Mas somente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 ficou estabelecida a criação de planos decenais.

Na era pós-LDB, o primeiro PNE teve vigência entre 2001 e 2010. Especialistas no tema afirmam que esse plano teve pouca eficácia por estabelecer muitas metas (295, no total), e muito genéricas, sem indicadores de acompanhamento e sem a indicação de fontes de recursos que permitissem o alcance dos objetivos traçados. Além disso, a previsão de elevação dos gastos públicos em Educação para até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) foi vetada no ato de promulgação da lei.

O atual PNE, por sua vez, teve uma tramitação de quase quatro anos no Congresso Nacional. O texto original foi apresentado no final de 2010 e foi intensamente negociado desde então na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, até a aprovação no Congresso Nacional e a sanção presidencial, em junho de 2014. Ao contrário das versões anteriores, o atual PNE contém 20 metas objetivas, abrangendo todas as etapas do ensino, incluindo a formação de professores, a gestão democrática e o financiamento. O plano visa enfrentar questões como a desigualdade social, marcada pelas diferentes oportunidades da população, conforme a origem racial ou socioeconômica, e a Educação de minorias, como quilombolas e indígenas. Cada meta é acompanhada de um conjunto de estratégias (251, no total) para o alcance dos resultados esperados.

Mesmo que persistam divergências sobre os termos em que foram propostas algumas das metas e sobre a via-

bilidade de cumpri-las, há consenso de que o PNE atual representa um momento importante da Educação brasileira.

O documento foi elaborado com grande participação da sociedade civil. A apresentação do projeto de lei foi antecedida pela Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010.

A CONAE E O FNE

A Conferência Nacional de Educação (Conae) foi instituída por meio da Portaria Ministerial nº 10/2008, com o objetivo de fortalecer a participação social nas políticas educacionais, servindo como um espaço de debate e organização de demandas de diferentes segmentos da sociedade civil, no âmbito municipal, estadual e nacional.

A primeira edição, realizada em 2010, teve como tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”, e mobilizou 3,5 milhões de pessoas, segundo estimativas feitas pelas organizações sociais e pelo governo.

Entre os desdobramentos da Conae 2010 está a criação do Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão permanente de interlocução entre a sociedade civil e o Estado. Composto de 44 entidades, o FNE foi criado pela Portaria MEC nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010, e instituído por lei com a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014).

Entre suas atribuições, está participar da concepção, implementação e avaliação da política nacional de Educação; acompanhar a tramitação de projetos legislativos referentes à política nacional de Educação, e avaliar os impactos da implementação do PNE. Cabe ao FNE, também, planejar e coordenar a realização de conferências nacionais de Educação.

Em novembro de 2014, aconteceu a segunda edição da Conae, com o tema “O Plano Nacional de Educação (PNE) na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, que foi precedida por etapas preparatórias no âmbito de municípios e estados onde, além dos debates educacionais, foram eleitos os delegados que participaram da conferência nacional.

Ao final de cada uma das edições da Conae, foi elaborado um documento que sistematizou o debate, disponibilizado nos sites oficiais: <http://conae.mec.gov.br> e <http://conae2014.mec.gov.br/>.

A Conae, por sua vez, foi subsidiada por debates regionais anteriores, realizados em todo o País. O documento final produzido com base nessas discussões refletiu demandas e propostas das categorias profissionais, dos movimentos sociais, de especialistas em Educação, de políticos e de outros atores sociais. Embora muitas das deliberações contidas no documento final da Conae 2010 tenham ficado de fora do PNE, o evento foi um marco histórico de participação social a respeito da Educação no Brasil.

O PNE funciona como um norteador de políticas públicas para o País. Nos âmbitos dos estados e municípios, são os planos estaduais e municipais de Educação que vão direcionar as ações e políticas locais. Para convergir esforços, portanto, assim como determina o PNE, os planos locais devem estar alinhados às metas nacionais, adequando os objetivos e estratégias à realidade local. Um município que já tenha universalizado o atendimento para a população de 4 e 5 anos na Educação Infantil, pode, por exemplo, focar na qualidade desse atendimento, também abordada no documento nacional. Sob muitos aspectos, portanto, os planos municipais e estaduais são cruciais e merecem a atenção da imprensa regional. A começar pelo fato de que o PNE estabelece responsabilidades importantes para governadores e, sobretudo, para prefeitos. A seguir, alguns exemplos:

- os municípios deverão garantir o atendimento de pelo menos 50% da população de 0 a 3 anos em creches, até 2024, e a universalização da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos, até 2016;
- a taxa de alfabetização de adultos deverá crescer mais rapidamente até 2015;
- a gestão democrática deverá ser fortalecida, com o prazo de dois anos, a partir da data da publicação da lei no Diário Oficial, para a implantação de conselhos e outras estruturas participativas;
- as redes deverão, até o segundo ano de vigência do plano, discutir, definir e aprovar planos de carreira para os docentes.

O PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

Embora seja importante conhecer as principais legislações que regem a Educação brasileira, não se pode esquecer que o desenvolvimento da estrutura formal e jurídica é dinâmico. Há órgãos normativos que permanentemente produzem leis e deliberam sobre questões centrais – são eles: o Conselho Nacional de Educação (CNE), os conselhos estaduais e os conselhos municipais.

O CNE é um órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. Tem o objetivo de formular e avaliar a política nacional de Educação, zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento da legislação educacional, além de assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da Educação brasileira.

O CNE é composto de duas câmaras, a de Educação Básica (CEB) e a de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

As atribuições do CNE se desdobram também nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

Idealmente, os conselhos de participação social na Educação em todas as esferas administrativas devem ser paritários, ou seja, com representantes tanto da gestão em atividade quanto da comunidade escolar de forma ampla (professores e funcionários da rede de ensino, gestores escolares, alunos e pais).

São questões em grande medida impactadas por um tema central: o financiamento.

Investimentos em Educação

A meta 20 do PNE, que trata do financiamento, pode ser considerada a “nota de corte” do plano. Se o financiamento não fosse tratado como meta, ou se o texto proposto tivesse sido vetado (como no plano anterior), as demais metas estariam comprometidas.

Essa meta definiu o percentual do PIB a ser investido em Educação nos próximos anos. Até 2019, deverá ser de 7% do PIB e, até 2024, de 10%. Se comparado a países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), será um dos percentuais mais altos.

No entanto, enquanto o investimento brasileiro em proporção ao PIB já equivale ao de muitos países europeus, o investimento anual por aluno ainda é menos da metade do que a média praticada nos países da OCDE.

Estão ligadas a esse critério algumas estratégias da meta 20 do PNE, que determinam a implementação de dois indicadores que aprimoram a noção de custo por aluno, denominados Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ). O primeiro visa assegurar as condições mínimas de funcionamento – como infraestrutura e recursos humanos adequados – e o segundo visa garantir o investimento permanente necessário para que se alcance um padrão de qualidade próximo ao de países desenvolvidos.

Sai de cena a relação entre o orçamento total de que se dispõe e o número de matrículas e entra a definição *a priori* de um valor a ser investido por aluno de forma a garantir as condições de oferta de um ensino de qualidade.

Atualmente, a legislação determina que seja investido na Educação um percentual mínimo da arrecadação de impostos de cada ente da federação, nas seguintes proporções:

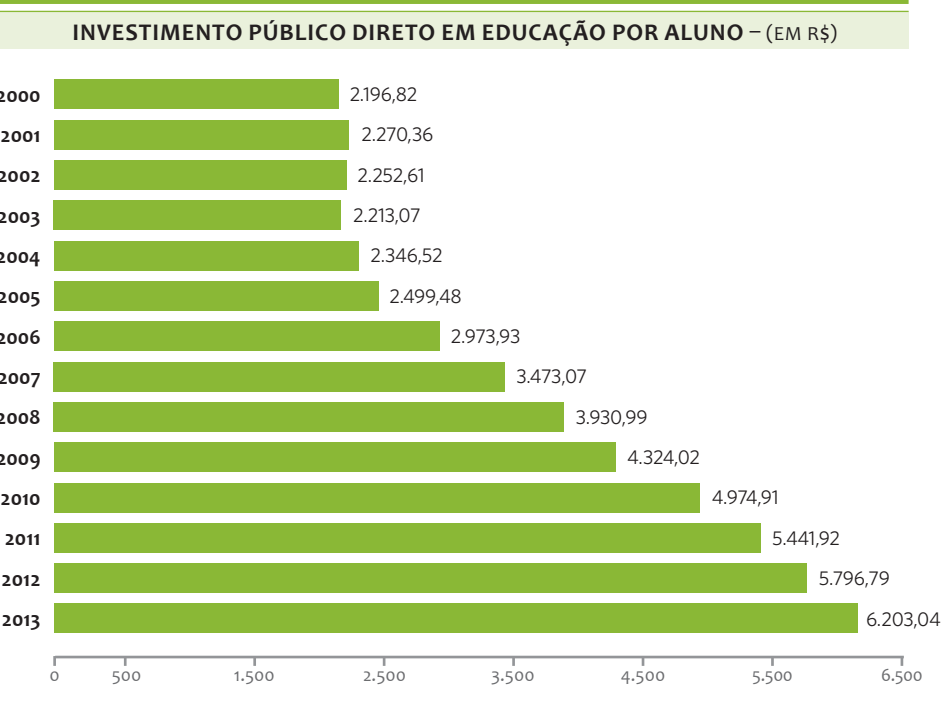
- 25% do montante arrecadado por estados e municípios por meio dos impostos de base estadual e municipal, como IPTU e ICMS;
- 18% da arrecadação proveniente de impostos federais, como Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que financiam as instituições federais, os programas educacionais (como merenda e livro didático) e complementam, por meio de repasses ao Fundeb, os investimentos de estados que não conseguem, com recursos próprios, atingir o valor mínimo nacional de investimento por aluno, por meio de repasses do Fundeb;

Há também o salário-educação, oriundo da cobrança de 2,5% dos salários pagos pelas empresas aos seus funcionários, e que é dividido entre União, estados e mu-

nicípios. E, ainda, 75% dos *royalties* arrecadados com a exploração do petróleo, do gás natural e do Fundo Social do Pré-sal, determinados pela Lei nº 12.858/2013.

Esses recursos alimentam o Fundeb e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que financiam programas como Dinheiro Direto na Escola, Livro Didático e Transporte Escolar.

Por fim, embora esteja prevista no PNE a progressiva elevação dos gastos públicos em Educação como porcentagem do PIB, as metas estabelecidas exigirão um esforço fiscal imediato dos governos para viabilizar, por exemplo, a construção de creches e escolas de Educação Infantil.

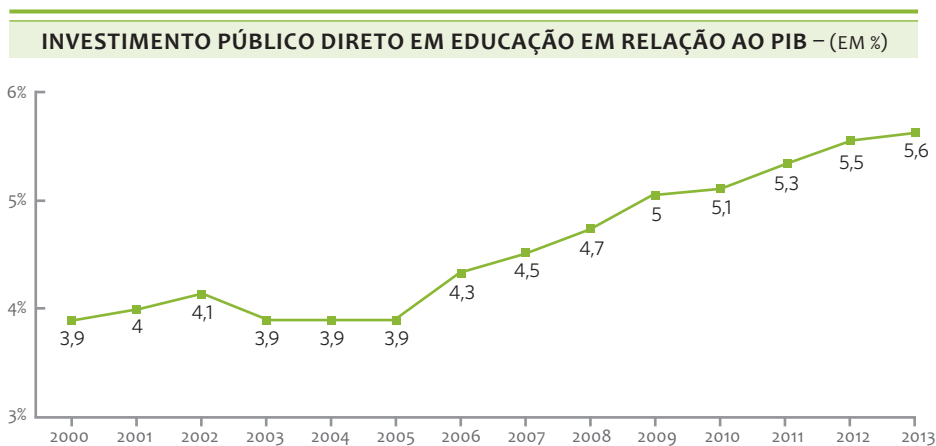


Fonte: MEC/Inep/DEED

Nota: Valores em reais atualizados para 2013 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Financiamento deve ser, portanto, um tema bastante em pauta, uma vez que é ainda necessário regulamentar como o País alcançará as metas de investimento determinadas pelo PNE. Estimativas vêm demonstrando que apenas os recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, do gás natural e do fundo social do pré-sal, apontados como principais fontes para a elevação dos investimentos, serão insuficientes para garantir o salto determinado no PNE. Além disso, trata-se de recursos sujeitos a variações de preços internacionais, entre outros fatores, e, no caso do pré-sal, de um recurso ainda a ser explorado, o que dificulta determinar com precisão a receita que ele vai gerar.

Na complexa realidade tributária brasileira, acompanhar a distribuição dos gastos atuais ou o crescimento dos investimentos futuros é uma tarefa difícil, que requer o acompanhamento de especialistas em finanças públicas – mas que está inevitavelmente no horizonte da cobertura jornalística de Educação na próxima década.



Fonte: MEC/Inep/DEED

3

O desafio do atendimento,
da qualidade e da equidade

O desafio do atendimento, da qualidade e da equidade

Há muitas formas de encarar os desafios da Educação brasileira. Os especialistas da área têm visões diversificadas sobre as raízes dos problemas – com matizes sociológicos, econômicos ou pedagógicos, entre outros, conforme o campo de análise. Educação é sempre uma área interdisciplinar, e um dos avanços verificados nos últimos anos é justamente a multiplicidade de olhares.

É possível agrupar esses desafios em torno de pelo menos três questões centrais, também discriminadas no PNE: acesso, qualidade e combate à desigualdade.

O acesso compreende a missão básica de um sistema de ensino: garantir à população a oferta de Educação. Ou seja, trata-se de assegurar Educação para todos.

No caso brasileiro, isso implica:

- disponibilidade de vagas em creches (para crianças de 0 a 3 anos). Embora não seja uma etapa obrigatória, o acesso está configurado como um direito das crianças, que pode ser acionado por opção das famílias;
- Universalização da Pré-escola (para crianças de 4 e 5 anos);
- Universalização do Ensino Fundamental (equivalente à faixa etária de 6 a 14 anos, quando na idade adequada ao ano);
- Universalização do Ensino Médio (equivalente à faixa etária de 15 a 17 anos, quando na idade adequada ao ano);
- Garantir Educação para jovens e adultos que não puderam estudar na idade considerada adequada às respectivas etapas da Educação Básica.

Por muito tempo, a ideia de direito à Educação esteve diretamente associada ao acesso da população à escola. Ao longo dos anos, vem ficando claro para a sociedade que o direito à Educação não se resume ao acesso e à frequência escolar, mas abrange a qualidade dessa oferta. Trata-se do direito à aprendizagem na idade adequada.

Nas políticas públicas, espera-se que os projetos conjuguem sempre a ampliação da oferta com a busca de um ensino de qualidade. O aprofundamento dos diagnósticos da qualidade do ensino das escolas brasileiras, possibilitado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, em alguns casos, por avaliações de Estados e municípios, por estudos acadêmicos e por avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), evidenciou as necessidades de melhoria na qualidade da Educação brasileira.

O enfrentamento da questão da qualidade passa por iniciativas em diversas áreas, como a infraestrutura escolar, a formação inicial e continuada dos professores e a valorização da carreira dos profissionais do setor, entre outras medidas. Desvela, por fim, um dos pontos mais críticos da Educação: a desigualdade. As pesquisas mostram que as disparidades educacionais são mais profundas quando se referem às populações de pretos e pardos, aos mais pobres e aos que vivem no campo.

Atingir a equidade é um dos grandes desafios da Educação brasileira, que pode ser verificado por meio dos dados que mostram o fluxo dos alunos pelo sistema: as taxas de aprovação/reprovação, abandono e evasão.

Acesso

O Brasil precisa construir a Educação do século 21 ao mesmo tempo em que lida com problemas de uma agenda do século 19. Entre eles, ainda está a questão do acesso.

Segundo os dados da Pnad 2013, há quase **700 mil** crianças de 4 e 5 anos e **1,6 milhão** de jovens de 15 a 17 anos fora do sistema escolar.

No Brasil, há uma tendência de se olhar para o passado como se a Educação fosse melhor naquela época. Confunde-se a imagem de uma escola pública de qualidade com a ideia de uma escola pública para todos. Na década de 1940, por exemplo, apenas 31% das crianças tinham acesso ao Ensino Fundamental. Tratava-se de uma escola pública voltada para as elites.

Apenas na década de 1960 e 1970, a busca da universalização tomou impulso. A escola passou a conviver com uma população marcada pela diversidade, trazendo para dentro das instituições de ensino as diferenças sociais características da sociedade brasileira.

No final da década de 90, de forma hoje considerada precipitada, considerou-se cumprida a universalização do atendimento à população de 6 a 14 anos, idade correspondente ao Ensino Fundamental, etapa obrigatória até então. Em 2013, porém, a taxa de atendimento dessa população ainda era de 98,3%. Isso significa que cerca de 500 mil crianças nessa faixa etária fora da escola. Já o percentual de crianças de 6 a 14 anos matriculadas especificamente no Ensino Fundamental (taxa líquida de matrícula) é menor: 97,1%.

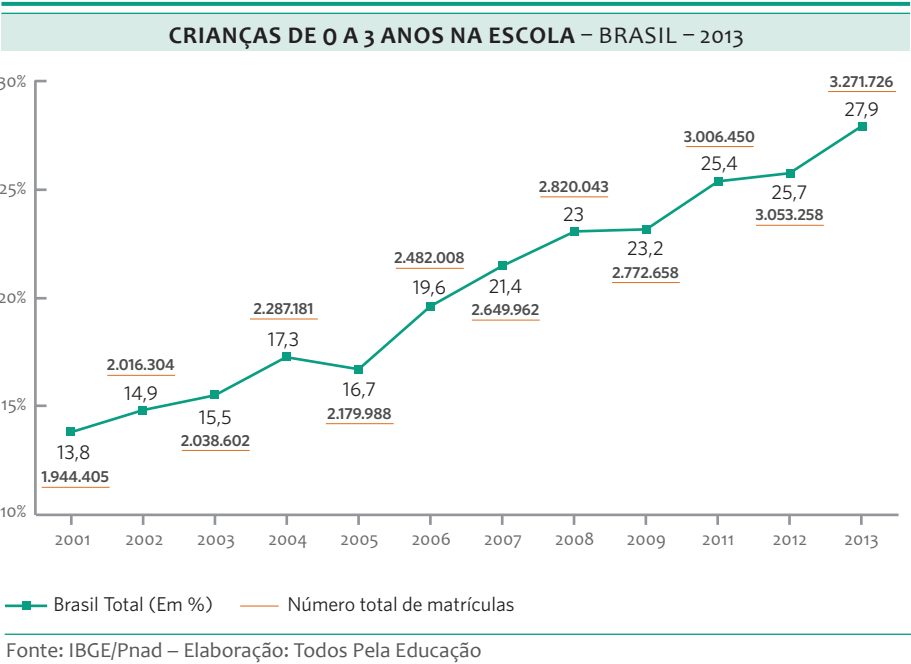
Taxa de atendimento é o percentual da população de uma determinada faixa etária matriculada na escola, independentemente da série ou etapa que frequenta.

Taxa líquida de matrícula é o percentual da população de uma determinada faixa etária matriculada especificamente na série ou etapa considerada a adequada para a sua idade.

Nas demais etapas, o desafio é ainda maior. Segundo os dados da Pnad 2013, há quase 700 mil crianças de 4 e 5 anos e 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos também fora do sistema.

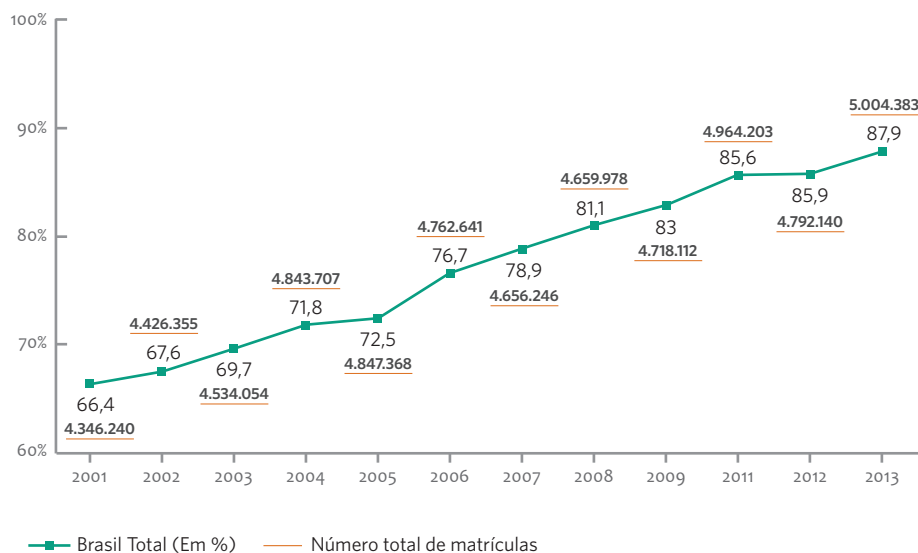
Algumas metas de acesso estabelecidas no PNE para a próxima década:

- **Creches:** Em 2013, 27,9% das crianças de 0 a 3 anos estavam na escola. A meta estabelecida pelo PNE é de 50% até 2024.



- **Pré-escolas:** 12% das crianças entre 4 e 5 anos ainda estavam fora da escola, conforme dados de 2013. Nesse caso, a meta reafirma a Emenda Constitucional 59, que precede o PNE, e estabelece a universalização até 2016.

CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NA ESCOLA – BRASIL – 2013

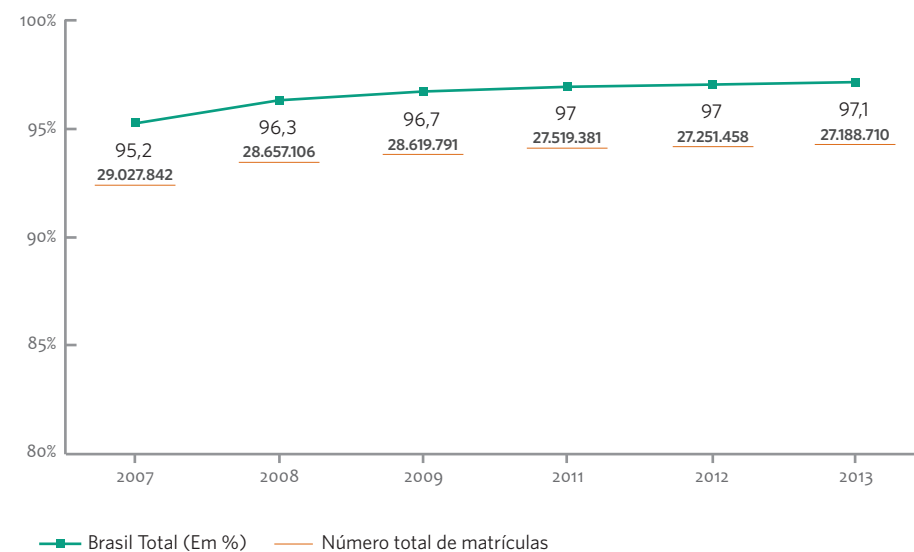


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação

- **Ensino Fundamental:** incluir todas as crianças de 6 a 14 anos no sistema implica realizar uma busca ativa. Parte dessa população está no campo, em áreas de difícil acesso, em situação de pobreza extrema ou, ainda, são crianças com deficiência.

CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS MATRICULADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2013

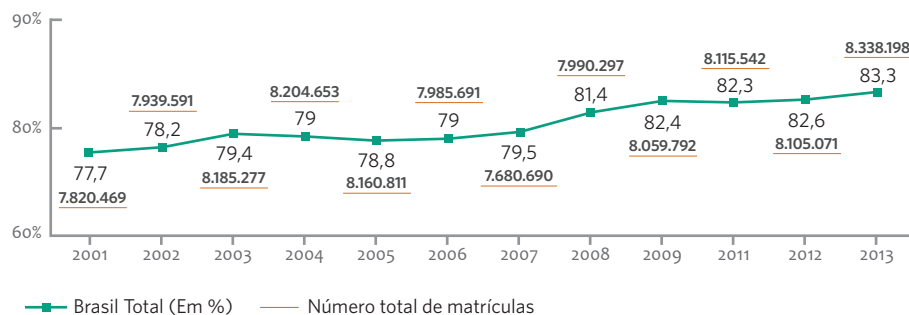
Taxa líquida de matrícula



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação

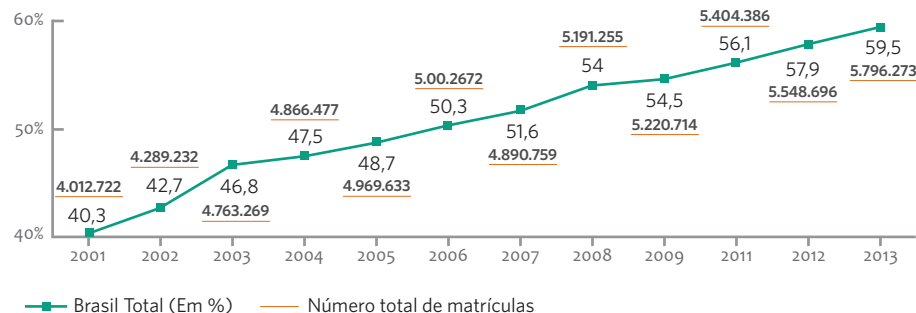
- **Ensino Médio:** também de acordo com a emenda 59, universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Há um consenso entre os especialistas de que é preciso rever o modelo de Ensino Médio atual, pois o principal entrave nesse caso é o desinteresse do jovem, que, muitas vezes, abandona a escola antes de concluir essa etapa.

JOVENS DE 15 A 17 ANOS NA ESCOLA – TAXA DE ATENDIMENTO – BRASIL – 2013



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração Todos Pela Educação

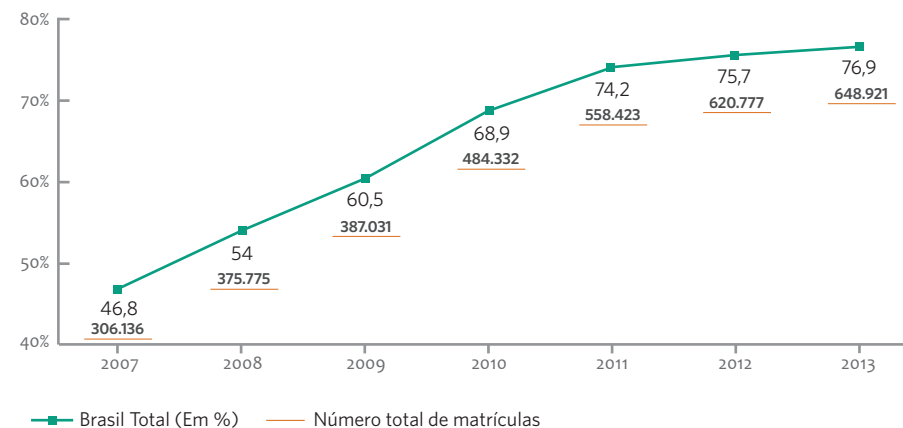
JOVENS DE 15 A 17 ANOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO – TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA – BRASIL – 2013



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração Todos Pela Educação

- **Educação Especial/Inclusiva:** nesse caso, cabe lembrar que a perspectiva da legislação brasileira é a da inclusão das crianças e jovens com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. As estatísticas nesse campo são frágeis, pela dificuldade de se conhecer o universo total das pessoas com essas características. Como dado positivo, pode-se dizer que o número de matrículas em classes regulares vem crescendo aceleradamente.

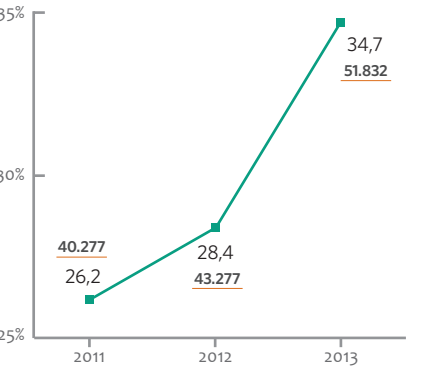
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO MATRICULADOS EM CLASSES COMUNS – BRASIL – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

• **Educação em tempo integral:** estudos apontam que maior exposição a situações de ensino melhora o desempenho escolar dos alunos. Nesse sentido, uma das metas estabelecidas no PNE é a de ampliação da Educação em tempo integral, entendido como jornada de 7 horas ou mais. O objetivo é estender essa modalidade a 50% das escolas públicas, atendendo a, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica até o final da vigência do plano. Também aqui tem havido expansão no atendimento: em 2013, 34,4% das escolas públicas e 12% dos alunos da Educação Básica contavam com essa modalidade. Segundo especialistas, porém, não se trata apenas de ampliar o tempo de permanência na escola, mas de garantir condições para o desenvolvimento integral do aluno, por meio de atividades integradas ao projeto político-pedagógico da escola. Essa necessidade é abordada em uma das estratégias dessa meta.

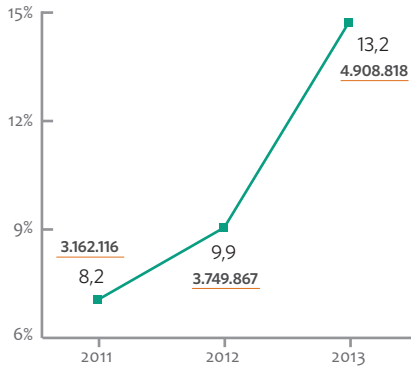
ESCOLAS PÚBLICAS COM MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO



—■— Brasil Total (Em %) — Número total de escolas

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

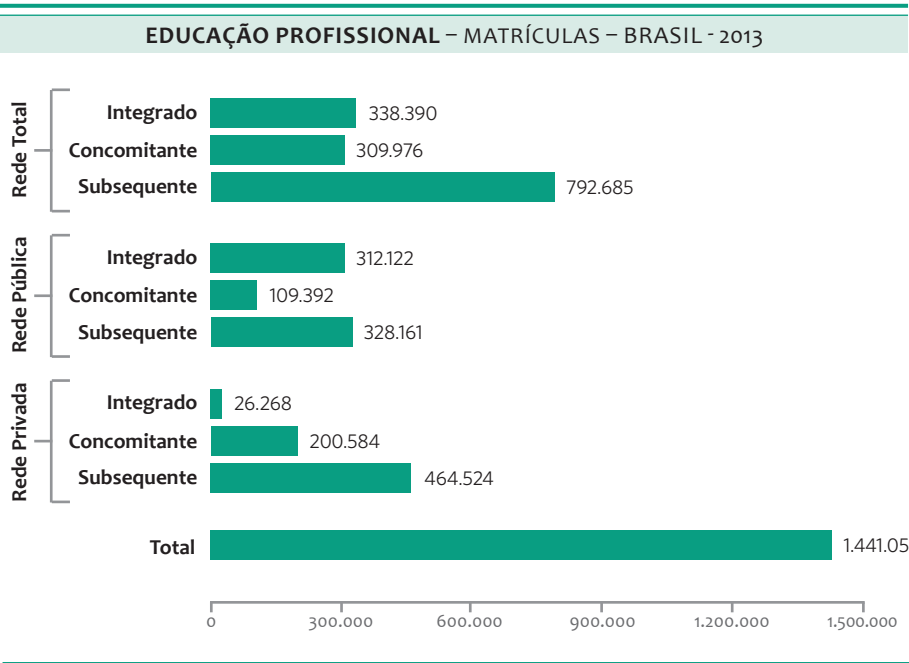


—■— Brasil Total (Em %) — Número total de matrículas

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

O sistema educacional possui diversas etapas e modalidades de atendimento e, por isso, há também metas de ampliação de acesso em outras frentes. É o caso das matrículas na Educação Profissional Técnica de nível médio, na Educação de Jovens e Adultos integrada à formação técnica, na Educação Superior e mesmo na pós-graduação, no que se refere à titulação de mestres e doutores.

Em todas essas áreas, o Brasil apresenta evolução lenta diante das demandas sociais da população brasileira.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Acesso... com qualidade

O acesso é condição necessária, mas não suficiente, para garantia dos direitos da Educação. Para além do acesso, o principal critério de eficácia do sistema passou a ser o da aprendizagem efetiva.

E qual é a medida do aprender? A resposta é complexa. Não há no Brasil um conjunto bem definido e bem descrito de direitos de aprendizagem para cada etapa. Em outras palavras, não há uma base curricular nacional comum, mas um conjunto de parâmetros e diretrizes que servem de referência para as redes de ensino, escolas e professores. Discussões sobre o tema vêm ocorrendo e devem se intensificar ao longo dos próximos anos.

Por isso, a definição da qualidade acontece principalmente por duas grandes linhas. A primeira é a eficiência do sistema, ou seja, o fluxo medido pela razão de entrada e saída de alunos no tempo esperado. Se entram 100 alunos no 1º ano do Ensino Fundamental, espera-se que, ao final de um período de 12 anos, 100 alunos se formem no Ensino Médio. Se isso não acontece, é porque os alunos foram reprovados em um ou mais anos, porque abandonaram os estudos antes de concluir o ano letivo, ou porque evadiram, ou seja, não retornaram para a escola no ano letivo seguinte.

Historicamente, esse é um dos problemas mais graves da Educação brasileira. As taxas de reprovação no Brasil ainda estão entre as mais elevadas do mundo. A consequência dessa ineficiência resulta no que se denomina defasagem idade-série. Considera-se defasado o aluno que tem mais de dois anos de diferença em relação à idade considerada adequada ao ano que cursa.

Isso causa diversos entraves: para o sistema, que se torna pouco eficiente e caro; para a escola, que vive desequilíbrios de organização; e, principalmente, para o aluno, que perde a turma de referência, desenvolve sentimento de fracasso e baixa autoestima e diminui a ambição de evolução nos estudos, ficando mais propenso a abandonar a escola.

FLUXO – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2006 - 2013 (Em %)

Ensino Fundamental	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	28,6	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0	21,0
Norte	41,4	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3
Nordeste	41,2	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9
Sudeste	17,8	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0
Sul	18,3	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2
Centro-Oeste	26,6	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9

Ensino Fundamental – Anos iniciais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	23,0	22,6	17,6	18,6	18,5	17,8	16,6	15,4
Norte	37,1	36,7	26,1	29,8	30,7	29,5	27,4	25,3
Nordeste	34,0	33,9	24,2	26,6	26,6	25,3	23,5	21,8
Sudeste	12,8	12,6	11,6	11,0	10,6	10,3	9,9	9,2
Sul	12,0	12,0	11,6	11,6	12,0	12,2	11,3	10,7
Centro-Oeste	18,9	18,9	16,2	15,8	15,0	14,4	13,5	12,5

Ensino Fundamental – Anos finais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	35,4	34,0	27,4	28,9	29,6	28,8	28,2	27,5
Norte	48,4	47,5	34,0	38,1	40,7	40,8	40,5	39,6
Nordeste	50,8	48,3	33,7	38,0	40,4	39,5	38,6	37,5
Sudeste	23,5	23,1	21,9	21,5	21,0	20,2	19,6	19,1
Sul	25,1	24,9	24,2	24,5	23,8	23,0	22,8	23,0
Centro-Oeste	35,4	32,8	29,7	28,3	28,5	27,2	26,5	24,5

Ensino Médio	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	44,9	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5
Norte	63,5	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2
Nordeste	62,3	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4
Sudeste	33,5	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6
Sul	29,8	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6
Centro-Oeste	42,3	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais



PROGRESSÃO CONTINUADA

Um dos modelos desenvolvidos para enfrentar a questão da reprovação e suas consequências foi a chamada Progressão Continuada, prática difundida em muitos países.

No Brasil, há certa resistência da sociedade a esse modelo, em parte, por se considerar que a culpa da não aprendizagem é do aluno, sem levar em conta as deficiências do sistema escolar, mas também porque a implementação da Progressão Continuada como política pública não deu a devida atenção à aprendizagem, negligenciando, por exemplo, o reforço escolar durante o ano letivo, ação fundamental para garantir que o aluno passe para o ano seguinte com o aprendizado adequado. Dessa maneira, grande parte dos alunos passou a avançar nas séries escolares com lacunas cada vez maiores no aprendizado, resultando no quadro mostrado pelas avaliações de larga escala, que abordaremos a seguir. Por tal cenário, a progressão continuada é popularmente chamada de “aprovação automática”.

Apesar de ainda termos muito a avançar, como mostram os indicadores, o contexto geral é de elevação da média de anos de escolaridade, um dos mais aceitos indicadores internacionais de desenvolvimento social de um país. Em 2013, por exemplo, um brasileiro com idade entre 18 e 29 anos tinha, em média, 9,9 anos de estudo (em 2002, eram 8 anos de escolaridade). Isso é fruto direto da maior permanência do aluno na escola e do esforço para tornar a escola mais inclusiva.

Avaliações externas

A partir da década de 1990, o Brasil desenvolveu um sistema de avaliação bastante completo, denominado Sistema de Avaliação da Educação Básica, que está assim formado:

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): para suprir a lacuna em uma etapa fundamental, o MEC aplicou pela primeira vez, em 2013, a Avaliação Nacional da

Alfabetização – avaliação externa prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). O MEC forneceu a cada escola o próprio resultado comparado ao de escolas semelhantes, ao do município e ao da unidade da federação.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como **Prova Brasil:** um dos maiores exames nacionais, a Prova Brasil é censitária, ou seja, inclui todos os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública (não participam escolas com menos de 20 alunos matriculados na turma avaliada). Por isso, além das avaliações de proficiência em Matemática e Português, inclui também questionários dirigidos a professores e diretores, cujos resultados são importantes para a formulação de políticas públicas.

Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb): além da Prova Brasil, o MEC realiza uma avaliação amostral para alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, das redes pública e privada.

Há também outras avaliações, não diretamente usadas para aferir o desempenho do sistema educacional, mas que são temas correntes no cenário educacional:

Provinha Brasil: avaliação focada na alfabetização, cujo instrumento é construído pelo MEC, mas é aplicado voluntária e livremente por estados e municípios para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental. Por essas características, não é considerada uma avaliação externa e não gera informações públicas.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): de caráter voluntário, ou seja, de livre opção do aluno, o Enem passou de um exame anual, focado no desenvolvimento de habilidades e competências, para uma prova de acesso à Educação Superior, aceito pela maioria das universidades federais e por muitas estaduais, além de ser requisito para acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni) e

ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em 2014, por exemplo, 50 das 59 universidades federais aceitavam a nota do Enem como critério de acesso. O Enem também pode ser utilizado para certificar conhecimentos para a obtenção de grau de Ensino Médio para alunos que não concluíram os estudos na idade apropriada.

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja): de participação também voluntária, o Encceja é destinado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, que não concluíram os estudos na idade considerada adequada e querem certificar conhecimentos para a obtenção do grau de Ensino Fundamental.

Além dessas avaliações nacionais oficiais, existem avaliações externas locais, feitas pelas redes de ensino estaduais ou municipais, e também por iniciativas da sociedade civil.

Ideb

Em 2007, o MEC criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e estabeleceu metas intermediárias de crescimento do índice até 2021.

O objetivo do Ideb foi conjugar as informações já existentes de eficiência do sistema: o fluxo (dados de aprovação e repetência) e a proficiência dos alunos (resultados da Prova Brasil), para estabelecer metas a serem buscadas em todas as esferas de governo e também em cada escola.

O Ideb foi um importante avanço para o debate educacional no País e para o desenho das políticas de Educação em todas as esferas de governo. A existência do indicador permitiu ampliar o debate, antes focado no acesso, para a aprendizagem dos alunos. Especialistas

da área, no entanto, já apontam para a necessidade de redefinir as metas estabelecidas e aprimorar o indicador, uma vez que algumas ações podem induzir o resultado, como focar no ensino apenas de português e matemática, ou adotar políticas de progressão continuada para melhorar os indicadores de fluxo escolar, sem necessariamente ter adotado políticas de reforço escolar que garantam a aprendizagem adequada.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – BRASIL					
Por dependência administrativa – 2005 - 2013					
Ensino Fundamental – Anos iniciais					
Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2
Meta Total		3,9	4,2	4,6	4,9
Rede pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Meta da rede pública		3,6	4,0	4,4	4,7
Rede privada	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7
Meta da rede privada		6,0	6,3	6,6	6,8
Ensino Fundamental – Anos finais					
Total	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2
Meta Total		3,5	3,7	3,9	4,4
Rede pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0
Meta da rede pública		3,3	3,4	3,7	4,1
Rede privada	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9
Meta da rede privada		5,8	6,0	6,2	6,5
Ensino Fundamental – Ensino Médio					
Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7
Meta Total		3,4	3,5	3,7	3,9
Rede pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4
Meta da rede pública		3,1	3,2	3,4	3,6
Rede privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4
Meta da rede privada		5,6	5,7	5,8	6,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar

O sistema educacional básico brasileiro tinha, em 2013,

2,1 milhões

de docentes na ativa.
Cerca de

25%

desses profissionais não tinham formação em nível superior e quase metade dos professores de Ensino Médio não possuíam licenciatura na disciplina que ministravam.

De qualquer forma, o indicador, divulgado a cada dois anos, se tornou uma referência importante, pois permite à sociedade acompanhar a evolução do sistema no País. Foi esse instrumento que permitiu identificar a estagnação e mesmo a piora do Ensino Médio, comparando os resultados entre os anos já avaliados. O Ideb foi incorporado ao PNE, por meio da meta 7, como parâmetro do aprimoramento a ser buscado na qualidade da Educação brasileira na próxima década.

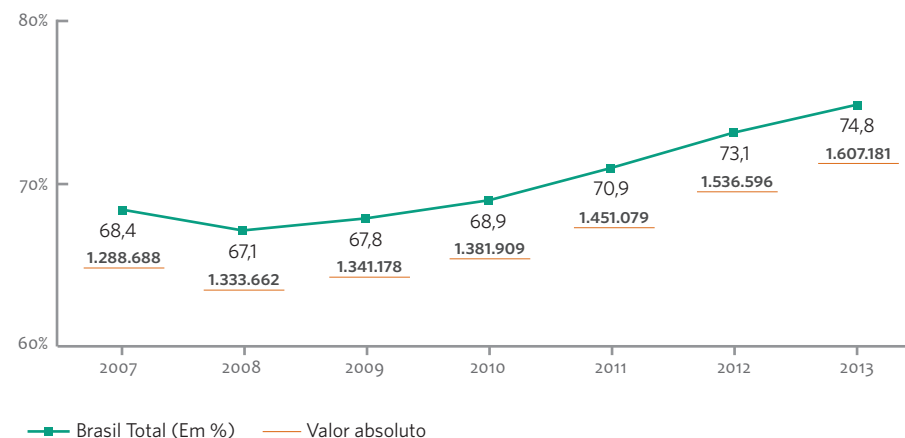
A Educação brasileira dispõe, portanto, de um conjunto de ferramentas bastante amplo para o diagnóstico da qualidade de ensino. Além das avaliações oficiais, há diversos institutos independentes de pesquisa e, ainda, grupos de pesquisadores em avaliação nas principais universidades do País.

Há problemas comuns e claramente identificados, como a ineficiência da formação inicial dos professores, em cursos com formação teórica excessiva e pouca ênfase nos aspectos práticos da profissão. Existe também consenso sobre a necessidade de se revalorizar o magistério, com a implantação de planos de carreira menos burocráticos, que estimulem o desenvolvimento profissional e aumentem a atratividade da profissão.

Não basta, porém, pensar apenas nos professores que virão a se formar. O sistema educacional básico brasileiro tinha, em 2013, 2,1 milhões de docentes na ativa. Cerca de 25% desses profissionais não tinham formação em nível superior e quase metade dos professores de Ensino Médio não possuíam licenciatura na disciplina que ministravam.

Além de assegurar a possibilidade de aprimoramento da formação inicial, é preciso garantir oportunidades de uma formação continuada mais eficiente e direcionada para os problemas reais enfrentados em sala de aula.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO SUPERIOR – BRASIL – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

É importante ver, ao mesmo tempo, que os desafios são diferentes em cada etapa, e não comportam soluções únicas e genéricas.

No caso das creches e pré-escolas, por exemplo, é preciso definir com mais clareza os parâmetros de qualidade. O próprio PNE prevê a introdução de um novo instrumento de avaliação focado nessa etapa.

Do mesmo modo, a defasagem no tempo de alfabetização que dá início, na escola, a uma escalada de desigualdade requer atenção especial. Nesse sentido, foi criado, em 2013, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), inspirado em uma iniciativa realizada no Ceará, o qual estabelece a meta de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

Os anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) também demandam um olhar mais atento. Ao contrário do que era esperado, o aprimoramento do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) não tem gerado uma melhora automática nos anos finais, que têm demonstrado estagnação nos indicadores. Especialistas apontam a necessidade de políticas públicas que atentem para as especificidades da transição da primeira para a segunda fase do Ensino Fundamental, levando em consideração as mudanças vividas por esses estudantes que passam da infância para a adolescência.

Por fim, o Ensino Médio é a etapa que ostenta índices muito elevados de abandono e evasão. Em 2013, somente cerca de metade dos jovens com 19 anos já tinham concluído essa etapa. Segundo especialistas, tornou-se uma etapa distante da realidade dos jovens, que não abre perspectivas claras de inserção na sociedade e no mundo do trabalho. As propostas para esse desafio indicam a necessidade de mudanças como maior flexibilidade curricular, projetos interdisciplinares e mais ligados ao universo do trabalho, ampliação da Educação Profissional com foco nas demandas regionais, ampliação da jornada escolar, entre outra.

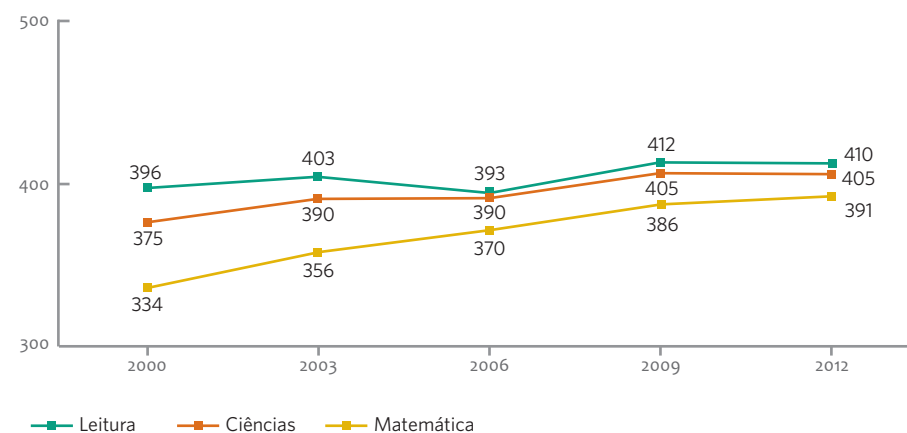
Comparações internacionais

Sempre têm destaque na mídia os resultados brasileiros em avaliações internacionais, em especial o Pisa, índice produzido e divulgado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com os países-membros e os países convidados.

Embora, como em todas as avaliações, as medidas internacionais também necessitem de contextualização e ponderação, as dificuldades do sistema educacional brasileiro são evidenciadas no confronto com as informações de outros países. O Brasil vem apresentando uma melhora gradual, como a OCDE ressalta em seus informes, mas ainda está longe do patamar médio dos países do grupo.

Esses estudos são importantes porque abrem para os pesquisadores da Educação um amplo conjunto de dados, que originam estudos mais específicos sobre os fatores de diversas ordens que influem no desempenho. Para os jornalistas, vale a pena se cadastrar no *site* da OCDE para receber os informes e ter acesso aos estudos publicados.

DESEMPENHO MÉDIO EM MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E LEITURA NO PISA – BRASIL – 2000-2012



Fonte: MEC/Inep/DEED - PISA

Acesso à Educação de qualidade... para todos

As deficiências do sistema educacional brasileiro, seja do ponto de vista do acesso ou da qualidade, foram tratadas por muito tempo de forma ampla, em torno das médias nacionais.

A consolidação democrática, que ampliou a consciência dos direitos de todos os brasileiros – entre eles o direito à Educação –, e o desenvolvimento de sistemas de informação estatística mais completos sobre a realidade social do País, entre outros fatores, levaram a uma maior percepção sobre a desigualdade que marca o sistema educacional.

O combate a essa desigualdade ainda é incipiente, mas a sua exposição por meio dos indicadores sociais contribui para aumentar a consciência da sociedade sobre a importância de todos terem acesso a uma Educação de qualidade; com isso, também se ampliou a proposição de políticas afirmativas e estratégias específicas de equalização de oportunidades educativas. Em praticamente todas as 20 metas do PNE, há indicações de políticas para o aumento da equidade.

Os indicadores são expressivos e mostram como a desigualdade se reflete no sistema educacional e como ela é reproduzida nele em todas as faixas etárias. Veja abaixo alguns exemplos, extraídos de dados da Pnad 2013 (IBGE) e do Censo Escolar 2013 (MEC):

- No quartil mais rico da população, em 2013, 47,6% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creches, contra apenas 20,4% das crianças das famílias mais pobres;
- A desproporção se repete quando se consideram as crianças entre 4 e 5 anos matriculadas na Pré-escola, definida por lei como obrigatória a partir de 2016: 95,8% das crianças da população situada entre os 25% mais ricos estavam na escola em 2013, ante 85% das mais pobres;

- A taxa de distorção idade-série dos anos finais do Ensino Fundamental no Sudeste (19,1%) é aproximadamente metade da verificada no Norte do País (39,6%);
- Enquanto 85,6% dos jovens de 15 a 17 anos do quartil mais rico da população estavam matriculados no Ensino Médio em 2013, apenas 48,3% do quartil mais pobre conseguiu chegar a essa etapa na idade considerada adequada;
- A porcentagem de alunos de 19 anos que concluíram o Ensino Médio varia de 49%, no Piauí, a 67,2%, em São Paulo;
- Os jovens e adultos de 18 a 29 anos mais ricos têm, em média, quatro anos a mais de escolaridade em relação aos 25% mais pobres. Já os brancos têm 1,5 ano a mais de escolaridade que os pretos;
- Há oito vezes mais jovens de 18 a 24 anos do primeiro quartil de renda matriculados na Educação Superior na comparação com os 25% mais pobres;
- Tudo isso se reflete no trabalho e na renda: de acordo com a Pnad 2013, enquanto o salário médio de um cidadão de 18 a 29 anos com ensino superior completo chega a R\$ 2,5 mil, os vencimentos das pessoas que não completaram o Ensino Médio ficam em torno de R\$ 817. Enquanto um adulto branco tem renda média de R\$ 1,3 mil, um adulto preto recebe R\$ 997.

Há, ainda, disparidades expressivas, seja quando se comparam os resultados das grandes regiões, seja quando se tomam os resultados dos estados e municípios, e muitas vezes entre escolas de uma mesma rede.

A desigualdade se reflete com clareza pelos critérios de raça/cor, com evidente desvantagem de oportunidades para pretos e pardos.

Enquanto o salário médio de um cidadão de 18 a 29 anos com Ensino Superior completo chega a **R\$ 2,5 mil**, os vencimentos das pessoas que não completaram o Ensino Médio ficam em torno de **R\$ 817**.

Por fim, as minorias, como indígenas, população do campo e pertencentes a comunidades quilombolas, tendem a apresentar indicadores muito inferiores se comparados à média nacional.

Os desafios da Educação brasileira mostram que as grandes médias são insuficientes para oferecer retratos precisos. É necessário se aprofundar cada vez mais ao nível do município, da escola e da realidade em que vivem as famílias, para oferecer uma visão o mais contextualizada possível à sociedade e, a partir disso, estimular a demanda social pela garantia da Educação de qualidade para todos.

4

Dilemas da cobertura
jornalística da Educação

Dilemas da cobertura jornalística da Educação

Não há tema que não possa ser retratado em uma linguagem acessível ao leitor leigo, seja no campo da ciência, da economia ou dos negócios. Isso também vale para a Educação.

Portanto, o objetivo deste capítulo não é invadir o campo de atuação profissional do jornalista, mas discutir especificidades na cobertura da área da Educação – que também existem nas diversas frentes que compõem o noticiário geral da imprensa.

Assim como um jornalista de Economia precisa dar conta dos termos próprios do mundo das finanças e entender a dinâmica e a lógica dos atores que atuam nesse cenário, na cobertura educacional é imprescindível o aprofundamento do assunto.

Qualquer jornalista experiente nas editorias que publicam reportagens de Educação saberá elencar características que diferenciam essa cobertura. Entre elas, está a crescente complexidade da área educacional.

A todo momento surgem conceitos, terminologias, estatísticas e tendências. Trata-se de um mundo em intensa transformação, com o questionamento das próprias estruturas e rotinas da escola, como a aula expositiva, marcada pela expansão do uso da tecnologia, mas que convive com desafios renitentes há séculos, como o da alfabetização da população, e contradições sociais que permanecem no tempo.

A Educação se tornou um tema importante para toda a sociedade, e há diferentes visões – os que veem a Educação apenas como caminho direto para o mercado de trabalho, os que concebem a escola unicamente como espaço livre de formação de cidadãos, de difusão da arte e da cultura, e, ainda, os que veem esses objetivos como complementares.

Por isso, a cobertura jornalística da Educação pode se potencializar ao abrir espaço para a formação dos que se envolvem nessa área, o que vem se tornando mais comum. Para quem começa agora a enfrentar esse desafio, vale a pena levantar pontos que frequentemente dificultam a concepção de reportagens mais completas.

A escola em que estudamos

O primeiro desafio diz respeito não apenas aos jornalistas, mas a todos os adultos, de forma geral, que tendem a ver a escola como a mesma instituição na qual estudaram.

Isso é natural, de certa forma, pois, da infância à idade adulta, os seres humanos passam parte importante da vida dentro de uma instituição de ensino, que colabora na formação de valores e competências. Na escola, acontecem algumas das primeiras experiências independentes de vida social; é nela que se dá a relação do indivíduo com o conhecimento, é lá que se constroem conceitos de autoridade.

É dessa visão da escola passada que nascem, também, alguns preconceitos. Um dos principais é o de que a escola pública do passado era melhor do que a de hoje.

Não houve um tempo áureo da rede pública brasileira. Houve, sim, uma escola pública que segregava alunos com melhor e pior desempenho, que não se preocupava com a sua permanência e continuidade nos estudos e que acabava por atender apenas a uma pequena parcela da população.

O mesmo processo que democratizou o acesso à rede pública de ensino levou a uma “fuga” de boa parte da população mais rica para a escola privada, principalmente a partir da década de 1970.

Nasceu daí outra tendência que marca a cobertura jornalística da Educação: comparar escolas particulares com escolas públicas como polos opostos da qualidade, desconsiderando todas as questões e especificidades

que envolvem o atendimento educacional nessas redes – por exemplo, a formação e situação socioeconômica das famílias.

Assim como ocorre na rede pública, também na particular há variações na qualidade de ensino ofertado e nas condições estruturais disponíveis. São redes que atendem, geralmente, a públicos distintos e com desafios igualmente diferentes.

É preciso cuidado com o estereótipo muitas vezes difundido de que o que é público é para pobres e, portanto, tem qualidade inferior. Público quer dizer para todos. Em alguns lugares do país, a melhoria da qualidade da escola de redes municipais, por exemplo, já vem provocando a volta da classe média para essas instituições.

Um recurso recorrente na cobertura jornalística é dar visibilidade às “ilhas de excelência”, exemplos de escolas ou redes de ensino que conseguem avançar na aprendizagem e formação dos alunos. Recorrer a histórias inspiradoras é uma boa oportunidade para fugir das pautas quase sempre negativas e dar destaque às experiências exitosas. Nesses casos, entretanto, recomenda-se cautela para não tomá-las como receitas prontas a ser replicadas, uma vez que as realidades são distintas e muito peculiares em cada localidade do País.

Vale chamar a atenção, ainda, para o fato de que a Educação feita por “heróis” normalmente não encontra respaldo na realidade, embora seja um gancho atrativo para notícias. Raramente, um professor ou um diretor sozinho é o autor único de histórias de sucesso – nem deve ser, uma vez que não se pode atribuir a uma única pessoa a responsabilidade que envolve todo um sistema.

Esses personagens, contudo, podem ser pontos de partida para abordar os diversos fatores que, no contexto das escolas públicas bem-sucedidas, merecem igualmente ser retratados nas reportagens.

O apelo jornalístico dos *rankings*

Os *rankings* costumam ter grande apelo nas coberturas jornalísticas – tanto os que se referem a países (como o Pisa) quanto o de esferas administrativas (como o Ideb), e o de escolas (como o Enem).

A vantagem do *ranking* para a imprensa é imediata: atrai o leitor e permite uma visão comparativa. Por isso, dificilmente eles deixarão de existir, por mais protestos que provoquem entre os especialistas, gestores, redes ou escolas. Porém, é fundamental que os *rankings* contenham, também, com destaque, as ressalvas e as informações necessárias para sua correta interpretação.

No caso do Enem, por exemplo, os especialistas da área sempre ressaltam o fato de ele ser um exame voluntário e, dessa forma, não ter a precisão de uma avaliação das instituições de ensino ou do sistema educacional. Além do mais, variações nas médias, do ponto de vista estatístico, provocam a ilusão de grandes diferenças entre as escolas, o que também induz a análises equivocadas.

Em relação às avaliações como o Pisa, especialistas alertam, também, para possíveis distorções quando se desprezam contextos socioeconômicos de origem dos alunos e das famílias, bem como as condições de entrada do aluno no sistema – o que permitiria avaliar o quanto a escola efetivamente interferiu na aprendizagem.

Em síntese, nenhuma avaliação é uma medida perfeita, e todas dependem de interpretações e ponderações. Tomá-las como um número isolado, dispostos em ordem crescente ou decrescente, não é um bom serviço ao leitor.

Os *rankings* também não trazem informações aprofundadas sobre a qualidade de ensino, pois desprezam fatores que influenciam muito o resultado – por exemplo, se houve seleção de entrada. Evidentemente, escolas altamente seletivas, ao escolher alunos por desempenho, por meio de provas, entrevistas e afins, tendem a

Quando a referência é a aprendizagem, se o aluno deixa de

aprender,

quem fracassa é todo o sistema: os governos, as políticas públicas, a escola, o professor e a família.

aparecer melhor colocadas nos *rankings*, sem que sejam necessariamente modelos de boa Educação. No entanto, escolas públicas que aceitam todos os alunos, com diferentes níveis de aprendizagem e contextos sociais e familiares, tendem a ser consideradas ruins apenas pela sua posição no *ranking*. A melhor forma de se medir a qualidade de uma escola, segundo alguns especialistas, é a que considera quanto o aluno evoluiu desde o seu ponto de partida, e não apenas quantos atingiram a linha de chegada.

Nesse sentido, o *ranking* sem contextualização acaba reforçando preconceitos sociais como o de que escolas boas são escolas difíceis, que reprovam, e de que alunos que não avançam são os únicos culpados pelo fracasso. Esse é um conceito tão arraigado que os próprios professores creditam o insucesso dos alunos a diferentes fatores, entre eles, as condições de origem e a família, como mostram os questionários da Prova Brasil. Segundo dados de 2013, 91,5% dos docentes apontam como causa das dificuldades de aprendizagem a falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa. Para 79,4%, essas dificuldades relacionam-se ainda ao nível cultural dos pais.

Esse é um paradigma cultural da Educação que precisa mudar, de acordo com diversos atores do setor. Na concepção orientada pela ideia de que educar é ensinar, se o professor ensina e o aluno não aprende, a escola e o educador fizeram seu trabalho. Já quando a referência é a aprendizagem, se o aluno deixa de aprender, quem fracassa é todo o sistema: os governos, as políticas públicas, a escola, o professor e a família.

As séries históricas

Outro viés frequente na cobertura jornalística é aquele provocado pela falta da perspectiva histórica.

É comum notar a análise de um ano específico ou em comparação com outro, como se fosse índice de inflação, sujeito a variações bruscas. Mas os processos em Educação realmente são lentos e, por isso, séries históricas são fundamentais para compreender o que está acontecendo.

Se a perspectiva histórica não explica tudo, ao menos coloca as informações na proporção mais justa. Muitas vezes, o que se deve cobrar é mais urgência e não necessariamente mudança de rumo. Mas é preciso ficar alerta quando os indicadores mostrarem retrocessos, porque a expectativa é que as políticas em curso apontem para uma melhora progressiva e permanente.

É o caso, por exemplo, da piora dos indicadores do Ensino Médio verificada no Ideb, entre os resultados de 2011 e 2013, logo após a quase estagnação observada nos anos anteriores. Nesse caso, a série histórica permite uma análise mais acurada do problema, evidenciando que as medidas que vêm sendo tomadas pela maioria dos governos têm se mostrado ineficazes diante da profundidade da crise dessa etapa.

Ao mesmo tempo, índices aparentemente positivos, como a expansão expressiva na oferta de ensino em tempo integral ou a construção acelerada de creches em algumas localidades, precisam ser analisados também sob a luz de critérios de qualidade, e não apenas do acesso.

Cuidados com as generalizações

Olhar os números com cuidado também impede que generalizações sirvam para esconder desigualdades. Diante da complexidade das redes, dos contextos escolares e, especialmente, do tamanho e da diversidade do Brasil, é preciso cuidado ao analisar as médias, pois elas

podem ocultar problemas graves, que merecem outro tratamento jornalístico.

A disponibilidade atual de informações educacionais permite um olhar mais detalhado para as diferenças, como se mostrará no último capítulo desta publicação, sobre fontes de informação.

No cenário das desigualdades, também é fundamental que a imprensa veja onde estão os extremos para que tenha um retrato mais fiel da situação, e identifique qual instância do poder público deve ser cobrada, com base na matriz de responsabilidades definidas pela Constituição Federal e pela LDB.

Há questões que dependem mais fortemente dos municípios, outras são afeitas principalmente aos Estados e há, ainda, as que demandam posições mais claras do governo federal. Em todos os casos, ouvir os responsáveis mais diretos contribui para esclarecimento do leitor, que manifestará opinião pela participação na própria escola ou, em última instância, pelo voto.

Responsabilidades da escola

Então, qual seria a responsabilidade da escola? Essa é uma questão muito importante nos tempos atuais, para a qual não há uma única resposta.

Há uma forte corrente entre os pesquisadores que atribui ao contexto socioeconômico do aluno, que determina, entre outros aspectos, a vida em um ambiente familiar culturalmente mais rico e instigante, um fator de grande peso na aprendizagem e no sucesso escolar.

Assim, também é verdade que outros fatores interferem, como a percepção do adulto (pais e professores) sobre as possibilidades de sucesso do aluno.

Mas todas essas considerações só tornam mais importante o papel da escola, que pode e deve fazer frente a todos os obstáculos para promover a aprendizagem. Há inúmeros casos nesse sentido. Até porque a alternativa –

inviável – seria esperar a população melhorar de vida para que os índices da Educação também avancem.

Diferentes especialistas sugerem que as escolas devam dar um passo adiante no sentido de desenvolver uma pedagogia mais voltada para as necessidades dos alunos, em diferentes contextos. Afinal, trata-se do serviço público mais próximo da população no dia a dia e com maior impacto sobre os demais. Ampliar o acesso à Educação de qualidade implica melhoria na saúde pública, aumento de renda, diminuição da violência, mais chances de realização do indivíduo e da comunidade. Para ser esse ponto de acesso para melhorias, fica claro que as escolas precisam de apoio da gestão pública em diversas áreas, como assistência social, saúde e mobilidade, mas sem perder o seu caráter primeiro de espaço de aprendizagem para os alunos.

Enfim, conhecer a escola

Estas são algumas considerações sobre a cobertura jornalística da Educação, que pode balizar decisões dos que se iniciam agora no tema. Mais importante do que tudo, porém, são as competências características dos que escolheram o jornalismo por profissão. Entre elas, está a capacidade de ouvir diferentes versões e opiniões sobre os fatos, de dialogar, de colocar-se no lugar da fonte e retratar realidades complexas.

A realidade da escola sempre encantou quem cobre a área pela riqueza humana. Uma cobertura baseada apenas em números da Educação naturalmente distancia o jornalista e o leitor da vida real, que se passa no “chão da escola”.

Por isso, é fundamental conhecer os espaços de ensino e dialogar com os protagonistas dessas histórias. Os alunos e educadores surpreendem, as narrativas emocionam, inspiram. Dado esse passo, está construído o caminho para uma cobertura dos desafios educacionais brasileiros à altura da qualidade de nosso melhor jornalismo.

5

Fontes de informação

Fontes de informação

Como todo jornalista bem sabe, a diversidade de fontes e a qualidade da informação são essenciais na produção de uma reportagem.

Aqui há uma boa notícia. Ao longo dos últimos anos, melhorou muito não apenas a disponibilidade de informações, como também as ferramentas de consulta, seja nos órgãos oficiais, como o Ministério da Educação, seja nas iniciativas das organizações da sociedade civil, em projetos apoiados ou mantidos por empresas, institutos e fundações.

No caso das informações utilizadas na elaboração deste guia da cobertura jornalística da Educação Básica, recomendamos principalmente duas ferramentas de acesso muito fácil:

- Observatório do PNE: trata-se de um portal mantido por 21 organizações da sociedade civil, com informações estatísticas e estudos focados em cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação. www.observatoriodopne.org.br
- Anuário Brasileiro da Educação Básica, com versões anuais desde 2012, no qual se encontra os números centrais para compreender os desafios da Educação no País. O Anuário traz séries históricas, análises, dados por Estado e regiões metropolitanas e cruzamentos especiais, feitos pelos organizadores. Para ter acesso à versão virtual, basta fazer o *download*: www.todospelaeducacao.org.br e www.moderna.com.br

Além disso, vale a pena ouvir também instituições fundamentais para a organização do sistema de ensino brasileiro.

É o caso do Conselho Nacional de Educação (<http://portal.mec.gov.br>), dos conselhos estaduais e municipais de Educação, que são órgãos instituídos por lei para garantir a participação direta da sociedade no sistema educacional. Também, são fontes importantes o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed (www.consed.org.br) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime (www.undime.org.br).

Há, ainda, muitas outras fontes, dos mais diferentes setores, que não cabem no escopo desta seção. De toda forma, a diversidade de olhares, de perspectivas e de informações é essencial para construir uma visão o mais completa possível de uma das áreas mais complexas e fundamentais do mundo contemporâneo: a Educação.

Sobre os parceiros desta publicação

Fundação Santillana

Constituída em 1979, a Fundação Santillana atua em prol da educação e da cultura no Brasil e na Ibero-América. Suas ações estão ligadas ao universo da educação, da informação e da edição, áreas onde tem elevado conhecimento graças à atuação dos grupos Santillana e Prisa, mantenedores da entidade. No Brasil desde 2001, a Fundação Santillana visa contribuir para o desenvolvimento educacional do País, fomentando diversas atividades que beneficiam estudantes, educadores e instituições educativas públicas e privadas. Ela promove e apoia cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores; publica e divulga obras de referência nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais; além de estabelecer parcerias para a viabilização de projetos de incentivo à leitura, à cultura e à cidadania. A Fundação Santillana ainda mantém alianças estratégicas com organismos nacionais e internacionais que promovem iniciativas visando à melhoria da qualidade do ensino.

Editora Moderna

A Editora Moderna edita, publica e distribui livros didáticos, de literatura e materiais de apoio pedagógico, desde 1968, sendo líder no mercado brasileiro. Em 2001, passou a integrar a Santillana, grupo editorial e de educação presente em 22 países. A missão da Moderna é contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural do País, com a oferta de conteúdos inovadores e de excelência para instituições de ensino públicas e privadas. A empresa investe constantemente em pesquisas e está na vanguarda em soluções educativas e recursos digitais para o aprimoramento da qualidade do ensino. Desde 2014, a Editora Moderna é uma das organizadoras dos seminários “Educação em Pauta nas redações”.

Movimento Todos Pela Educação

Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens Educação Básica de qualidade. Esse objetivo foi traduzido em 5 Metas que tratam do acesso à Educação, alfabetização até os 8 anos, aprendizagem e conclusão na idade certa, além da ampliação do investimento no setor e da boa gestão deste. A atuação do movimento também é pautada por 5 Bandeiras, que tratam de políticas públicas entendidas como urgentes para o avanço da qualidade da Educação, por exemplo, a melhoria da formação e carreira do professor e o uso pedagógico das avaliações, e de 5 Atitudes, que buscam o engajamento de toda a sociedade para ajudar crianças e jovens a aprender mais e por toda a vida.

Desde a sua fundação, o movimento tem atuado junto à imprensa na divulgação do monitoramento de suas 5 Metas e de outros importantes dados e informações da área, além de produzir levantamentos e estudos sobre diferentes aspectos da Educação Básica e realizar a promoção de encontros temáticos entre especialistas e jornalistas, buscando apoiar a cobertura jornalística da área com o objetivo de levar à sociedade informações relevantes e contextualizadas para que todos possam compreender o atual cenário educacional e exercer o controle social.

Consed

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) articula, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Tem por finalidade promover a integração dessas Secretarias, visando ao desenvolvimento da educação pública de qualidade. Ao longo de sua história, o Consed tem participado decisivamente da formulação, implementação e avaliação das políticas nacionais de educação e coordenado ações de interesse comum das Secretarias.

Para o biênio 2015-2016, o Consed propõe uma agenda política, alinhada ao PNE, para o avanço na implementação de políticas públicas educacionais e melhor qualidade da educação brasileira, com os seguintes eixos prioritários: a definição da Base Nacional Comum; o Financiamento da Educação Brasileira; o debate sobre os Planos de Carreira dos profissionais do magistério brasileiro; o foco na Gestão Escolar; e a Reformulação do Ensino Médio.

A ação desse Conselho também se volta para a promoção de intercâmbio de informações e de experiências nacionais e internacionais e a realização de inúmeros seminários, conferências, cursos e outros eventos, sempre abordando temas de relevância para a gestão da educação. Uma importante dimensão política é a atuação do Consed como instância mediadora e representativa na relação com outras instâncias do governo e entidades da sociedade civil.

Produção editorial

Fundação Santillana/Editora Moderna

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro
Edmar Cesar Falleiros Diogo
Paula Bosi

Todos Pela Educação

Priscila Cruz, *diretora-executiva*
Maria Lucia Meirelles Reis, *diretora administrativo-financeira*
Alejandra Meraz Velasco, *coordenadora-geral*
Ricardo Falzetta, *gerente de Conteúdo*
Camilla Salmazi, *gerente de Comunicação*
Bárbara Benatti, *analista de Comunicação*
Paula Penko Teixeira, *analista da Área Técnica*

Organização e textos

Paulo de Camargo

Capa

Rafael Mazzari

Projeto gráfico/Diagramação

Rafael Mazzari

Revisão

Maristela Santos Carrasco

Impressão

A Educação vem se tornando um tema cada vez mais prioritário para a sociedade brasileira, e a crescente cobertura jornalística da área reflete essa mudança.

É nesse contexto que o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Santillana e a Editora Moderna, com o apoio institucional do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), lançam este guia, que integra o projeto “Educação em Pauta nas redações”.

Nosso objetivo é apoiar e fortalecer o trabalho livre da imprensa, apresentando fontes seguras de informação estatística, detalhando conceitos centrais e esclarecendo as nuances dos grandes temas da Educação nacional.

Apoio institucional:



Realização:

Fundação **Santillana**

